



RELATÓRIO DE GESTÃO

**FUNDO CONSTITUCIONAL
DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	03
01. FINALIDADES ESSENCIAIS DO FNE	04
02. O PROCESSO OPERACIONAL DO FNE	06
2.1. Etapas de Preparação da Programação Anual do FNE.....	06
2.2. Política de Aplicação	06
2.3. Acompanhamento Operacional e da Programação Anual	08
2.4. Instrumentos de Suporte	08
03. RESULTADOS E IMPACTOS DA AÇÃO DO FNE	12
3.1. Resultados Globais	12
3.2. A Gestão do Banco do Nordeste para Avaliar os Impactos do FNE	20
3.3. Impactos Setoriais da Gestão do FNE	23
3.3.1. Setor Rural.....	23
3.3.2. Setor Industrial e Agroindustrial.....	26
3.3.3. Pólos de Desenvolvimento Integrado	28
3.3.4. A Gestão Ambiental no FNE	29
3.4. Inadimplemento das Operações.....	30
3.5. Ingresso de Recursos	30
04. CONCLUSÃO.....	31

APRESENTAÇÃO

O presente relatório consolida informações relativas às atividades desenvolvidas pelo Banco do Nordeste na gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, durante o exercício de 2000, em atendimento às determinações contidas na Instrução Normativa SFC/MF n° 02, de 20.12.2000, que disciplina a apresentação de informações para fins de prestação de contas junto aos órgãos de controle do poder público.

O FNE distingue-se do Banco do Nordeste enquanto entidade legal, mas integra-se ao Banco como uma das fontes de recursos do seu conjunto de operações de crédito, sem distinção quanto ao uso dos recursos operacionais e humanos do Banco. Dado o seu caráter de estabilidade e não-contingenciamento, o FNE tem se revestido de importância estratégica para o Banco do Nordeste, não só por balizar a sua ação programática, mas também por permitir a alavancagem de outras fontes de recursos. Nesse particular, o FNE funciona como contrapartida na captação de novos recursos. Em 2000, por exemplo, o Banco injetou na economia regional R\$ 2,6 bilhões, dos

quais o FNE contribuiu com 21,8%, assegurando, com essa composição de fontes de recursos, financiamento a mais de 1,1 milhão de clientes, representando 25 vezes o número de clientes no início de 1995 (46 mil). O FNE, portanto, permite ao Banco do Nordeste cumprir a relevante função de mobilizador de recursos, atraindo investimentos para a região Nordeste, o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo.

As contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, em 2000, alcançaram o montante de R\$ 569,3 milhões, contemplando mais de 187 mil beneficiários. Essas aplicações propiciarão, ao longo do período de implantação dos investimentos, a geração de 224,4 mil oportunidades de trabalho (diretas e indiretas). O valor agregado, o qual representa a renda efetivamente gerada pelos financiamentos, deverá alcançar R\$ 475,5 milhões.

Neste relatório, apresentam-se não só os resultados esperados pela aplicação dos recursos do FNE em 2000, mas, e especialmente, o conjunto de ações encetadas pelo Banco do Nordeste que antecedem e sucedem o processo de concessão dos créditos, com vistas a aumentar as possibilidades de êxito dos empreendimentos e, em consequência, a efetividade do Fundo na promoção do desenvolvimento regional.

1. FINALIDADES ESSENCIAIS DO FNE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE foi criado em 1988, pela Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 159, inciso I, alínea "c" e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e legalmente regulamentado em 1989, pela Lei no. 7.827, de 27.09.1989, com o objetivo de "contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento".

Os recursos do FNE destinam-se ao financiamento dos investimentos – ou seja, são aplicados preferencialmente no longo prazo -, sendo utilizados para capital de giro ou custeio quando estes complementam o aumento da capacidade produtiva regional. A Lei no. 7.827 definiu como produtivos os setores agropecuário, de mineração, indústria e agroindústria regionais. Posteriormente, a legislação veio a contemplar também o turismo e, mais recentemente (Lei no. 10.177, de 12.01.2001, que convalidou a Medida Provisória 2.035 e suas antecessoras), o setor de serviços. Podem ser beneficiários do FNE os produtores, as empresas e as associações e cooperativas de produção.

Esse objetivo deve ser atingido respeitando-se as diretrizes legais de destinação de pelo menos metade dos recursos para o Semi-Árido; ação integrada com as instituições federais sediadas na Região; tratamento preferencial aos mini e pequenos empreendedores; preservação do meio ambiente; conjugação do crédito com a assistência técnica; democratização do acesso ao crédito e apoio às atividades inovadoras.

Essas diretrizes representam grandes desafios à gestão do Fundo, uma vez que as próprias leis de mercado têm sido incapazes de proporcionar as transformações desejáveis a um processo de desenvolvimento sustentável na Região. Por esse motivo, a qualidade da intervenção de política pública através do financiamento à atividade produtiva deve ser avaliada pelas modificações estruturais na economia, observando aspectos como: a sustentabilidade dos empregos gerados em ambientes de alta competitividade; o desenvolvimento do capital social na Região, o qual fortalece as micro e pequenas empresas; e a preparação para o ingresso no comércio internacional, com ênfase na melhoria da qualidade dos produtos e na cultura empreendedora.

Todas essas transformações estão sendo operadas por um esforço contínuo de ações desenvolvidas pela função pública e, portanto, devem ser consideradas na análise de efetividade dessas ações. Cabe ressaltar que, na medida em que uma nova postura empresarial é incorporada, voltada principalmente para a eficiência e competitividade, é possível que ocorram mudanças no formato das funções produtivas, em que a geração de renda ocorra em menor proporção com a geração de empregos, ou com efeitos de encadeamentos menores. Isso levaria, sim, a um menor efeito-multiplicador dos investimentos na Região, o que não significa perda de eficiência, mas, ao contrário, busca de adequação a um ambiente de concorrência global.

Os recursos do FNE representam ingressos adicionais para o Nordeste, não se destinando a substituir outros fluxos financeiros do Governo Federal, de órgãos repassadores ou do próprio Banco. Também não se sujeitam, por definição legal, a injunções de políticas conjunturais de contingenciamento de crédito, tendo em vista a conveniência e a necessidade de se assegurar a continuidade das inversões de desenvolvimento regional.

O FNE tem sido importante instrumento para a dinamização da economia nordestina, ao configurar-se como fonte adequada de financiamentos de médio e longo prazos para os setores produtivos da região Nordeste. Além disso, confere ao Banco do Nordeste maior poder alavancador de recursos de outras fontes (nacionais e internacionais) para complementar o financiamento das inversões regionais.

2. O PROCESSO OPERACIONAL DO FNE

2.1. Etapas de Preparação da Programação Anual do FNE

A Proposta de Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE é elaborada pelo Banco do Nordeste, contendo as bases e estratégias de ação e de aplicação dos recursos do Fundo para o exercício seguinte, para apreciação e aprovação pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, via Ministério da Integração Nacional.

Por se tratar de um instrumento relevante para a continuidade da política governamental de apoio ao desenvolvimento sustentável do Nordeste, na busca da redução das desigualdades regionais do País, na Programação do FNE são consideradas as grandes mudanças no cenário mundial, principalmente no que concerne ao papel do Estado e aos requisitos de competitividade e responsabilidade social.

A Proposta de Programação anual apropria-se das experiências, contribuições e aprendizado obtidos nos últimos anos.

A competitividade é um dos fatores determinantes para o sucesso dos empreendimentos a serem apoiados. A Programação para 2000 inclui também, como diferencial importante, a responsabilidade social corporativa, ou seja, o compromisso das empresas com o resultado de suas ações na sociedade.

Como instrumento do Governo Federal para o desenvolvimento da Região, o FNE deve considerar as prioridades e estratégias das demais instâncias de governo. Por isso, anualmente, o Banco do Nordeste solicita sugestões dos Estados com o objetivo de aperfeiçoar a programação do FNE. Essas contribuições são centralizadas e encaminhadas através das Secretarias de Planejamento dos estados, e têm-se revelado úteis para o aprimoramento da Programação, na medida em que incorporam especificidades na maioria das vezes só reveladas a partir de uma análise feita sob a ótica estadual.

Adicionalmente, o FNE beneficia-se dos instrumentos potencializadores da ação creditícia do Banco, dentre os quais destacam-se o Farol de Desenvolvimento, o Agente de Desenvolvimento, o Fórum de Clientes, os Estudos e Pesquisas e o Perfil Econômico. Tais instrumentos assumem importante papel na definição de estratégias e políticas de desenvolvimento sustentável e consolidam um trabalho de articulação e mobilização das comunidades para a discussão e encaminhamento de soluções para as questões relativas ao desenvolvimento do município e estruturação/adensamento de cadeias produtivas, conferindo sustentabilidade aos empreendimentos financiados.

2.2. Política de Aplicação

O FNE é o principal instrumento de que dispõe a Região para alavancar seu desenvolvimento. Mais do que uma simples linha de crédito, o Fundo Constitucional funciona como contrapartida na captação de novas fontes, o que tem permitido ao Banco do Nordeste o aumento significativo de seus investimentos na Região. Com isso, ano a ano o Banco vem ampliando a quantidade e o volume de financiamentos, bem como o número de clientes. Em 2000, o Banco injetou na economia regional R\$ 2,6 bilhões, dos quais o FNE contribuiu com 21,8%, assegurando,

com essa composição de fontes de recursos, financiamento a mais de 1,1 milhão de clientes, representando 25 vezes o número de clientes no início de 1995 (46 mil).

A distribuição espacial das aplicações do FNE reflete o comportamento da demanda de cada estado, que, por sua vez, é influenciado por variáveis como área territorial e número de agentes produtivos, respeitando, todavia, o limite mínimo legal exigido para a alocação de recursos por estado.

Nesse aspecto, é importante salientar o caráter diferenciador das estratégias adotadas, que se baseiam na visão sistêmica integrada às políticas federal, estaduais e municipais. Busca-se aumentar a articulação das cadeias produtivas e acelerar a incorporação de novas tecnologias, com igual destaque para o estímulo ao associativismo, o direcionamento para as atividades de maior poder multiplicador e o aumento da competitividade dos empreendimentos.

Os instrumentos potencializadores anteriormente mencionados contribuem para ampliar a aplicação dos recursos do FNE junto aos mini e pequenos produtores e induzir a instalação de empreendimentos no Semi-Árido, em atendimento aos preceitos legais e em resposta aos legítimos anseios da sociedade.

Paralelamente, as estratégias setoriais mantêm a orientação básica da seletividade, mediante a indicação de áreas, setores ou atividades estratégicas, capazes de dar maiores e melhores respostas aos estímulos recebidos, como forma de maximizar os benefícios econômicos e sociais resultantes dos empreendimentos apoiados.

Além disso, incluem-se dispositivos específicos para os setores rural, industrial, agroindustrial e de turismo, os quais estimulam a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos, com vistas a uma maior integração à economia nacional e mundial.

O FNE é um dos principais instrumentos financeiros de médio e longo prazos do Nordeste, de caráter permanente, despertando na classe empresarial a confiança para investir, pela continuidade da existência dessa fonte de financiamento, pelo volume anual de recursos oriundos do Tesouro Nacional e pelo retorno das operações realizadas.

Sendo assim, considerando as exigências legais quanto à destinação dos recursos do FNE, bem como as estratégias acima descritas, o Conselho Deliberativo da SUDENE estabeleceu a distribuição dos recursos do Fundo para o exercício de 2000, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

TABELA 1
FNE – 2000
DISTRIBUIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
POR SETOR E PROGRAMA

Setor/ Programa	Programação para 2000 (%)
Rural e Agroindustrial	45
Industrial e Turismo	20
Programas Especiais:	35
. PRONAF – Grupo A	10
. PROGER, PRONAF – (Grupos C e D), e outros	25
TOTAL	100

2.3. Acompanhamento Operacional e da Programação Anual

Considerando que o processo operacional do FNE não se distingue do processo operacional do Banco, a estrutura de controles internos é a mesma para todo o Banco, que, para viabilizar o cumprimento de sua missão institucional, adotou modelo orgânico que incorpora a visão sistêmica dos processos, a noção de interdependência das áreas e o sentido de orientação das ações para o atingimento dos seus focos estratégicos.

Nesse contexto, com o aumento expressivo do volume de operações contratadas nos últimos anos, tornou-se imperativo o desenho de um modelo de gerenciamento que potencialize os resultados da atividade creditícia, para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos financiados, os benefícios sociais para a Região e o retorno dos recursos alocados nos projetos.

O modelo de acompanhamento do Banco compõe-se da atividade “Gerenciar, Vistoriar e Acompanhar a Operação”, que se desenvolve por amostragem, considerando o valor do financiamento e o porte do empreendimento, através dos seguintes passos:

- a) a) Programação das vistorias e avaliações a serem realizadas;
- b) b) Realização das visitas, conforme a programação;
- c) c) Emissão dos laudos e indicação de providências a serem adotadas com vistas à correção tempestiva de eventuais problemas;
- d) d) Fornecimento de informações que contribuam para a avaliação dos elaboradores de projetos e da assistência técnica prestada aos clientes.

Atrelada a essa política de acompanhamento operacional, o Banco do Nordeste mantém acompanhamento mensal da Programação estabelecida, analisando os níveis de aplicação por estado, por porte de beneficiários, por região, por programa e por setor, de forma a assegurar o cumprimento das metas previstas na Programação Anual.

2.4. Instrumentos de Suporte

A presença em todos os municípios da Região é a essência da política de atuação do Banco do Nordeste, que incorpora o Desenvolvimento Local como eixo de sua estratégia operacional. Desse modo, busca o desenvolvimento regional sustentável a partir do incentivo às potencialidades de cada município, utilizando instrumentos de ação diferenciada que contribuem para a estruturação da base produtiva local e estimulam sua inserção econômica em mercados mais amplos e competitivos. Esses instrumentos são descritos a seguir:

2.4.1. Estudos e Pesquisas

As ações do Banco ganham maior eficácia com a realização de estudos e pesquisas que permitem o conhecimento das variáveis macroeconômicas da Região Nordeste e da economia dos estados e municípios. Esse conhecimento orienta o Banco, dentre outras atividades, na organização das cadeias produtivas, definição dos perfis de economias locais, direcionamento dos investimentos, capacitação de empreendedores e criação de programas. Esses estudos e pesquisas são desenvolvidos, no Banco, pelo seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE, em parceria com centros de pesquisas e universidades nacionais e internacionais.

2.4.2. Perfil Econômico do Município

O Perfil Econômico da Região é um trabalho técnico que foi desenvolvido para fortalecer a ação focada no mercado-alvo do Banco. É elaborado a partir da análise das potencialidades e seleção de atividades econômicas em cada um dos municípios, sob o ponto de vista estrutural da economia, priorizando a vocação natural, a infra-estrutura e o grau de desenvolvimento econômico e tecnológico. É uma orientação dinâmica, com um processo de atualização e validação local que propicia ao Banco maior retorno econômico e social da aplicação dos recursos.

O Perfil apresenta a priorização das atividades em três grupos: as atividades econômicas que “devem” ser induzidas constituem a prioridade 1 (P1); as que “podem” ser induzidas referem-se à prioridade 2 (P2); e as atividades tradicionais, a serem atendidas durante período de transição de uma estrutura produtiva pouco agregadora de valor para outra que resulte em maior desenvolvimento, incluem-se na prioridade 3 (P3).

2.4.3. Agentes de Desenvolvimento

Em contato direto e permanente com a comunidade, nos 1.955 municípios da área de atuação do Banco, o Agente de Desenvolvimento é o principal articulador das ações do Farol do Desenvolvimento e de outras iniciativas do Banco voltadas para a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável.

Os Agentes de Desenvolvimento são 480 profissionais qualificados, em média 1 para cada 4 municípios, que atuam articulados com as prefeituras, instituições públicas e lideranças locais, estabelecendo parcerias para o fortalecimento das atividades socioeconômicas locais. A ação desses profissionais foi potencializada com a criação, pelo Banco, de outros instrumentos, dentre eles a Agência Itinerante, o Farol do Desenvolvimento e os Pólos de Desenvolvimento Integrado.

2.4.4. Agências Itinerantes

As Agências Itinerantes representam o atendimento móvel do Banco aos agentes produtivos, mediante deslocamento de equipes às localidades onde não há agências fixas, permitindo mais comodidade aos clientes e agilidade no atendimento, além de redução de custo para os tomadores de crédito. Nas Agências Itinerantes desenvolvem-se atividades para grupos de clientes, atendendo associações e cooperativas e pequenos produtores rurais nas localidades onde se encontram, numa solução inovadora e eficiente para acesso aos produtos e serviços do Banco do Nordeste. Já foram realizados 59.048 eventos com a ocorrência de 2.148.012 atendimentos. No ano 2000 foram realizados 37.570 eventos de Agências Itinerantes, com a ocorrência de 1.595.882 atendimentos aos agentes produtivos nos seus próprios domicílios.

2.4.5. Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste

O Farol do Desenvolvimento Banco do Nordeste, consolidado como um espaço empresarial de discussão e viabilização de soluções para o desenvolvimento local integrado e sustentável, atua em 1.950 dos 1.955 municípios da Região.

Este instrumento reafirma a posição do Banco do Nordeste como articulador do processo de integração das ações dos diversos órgãos públicos e instituições, mediante a formação de parcerias para a ação convergente, contemplando as várias dimensões do desenvolvimento.

A dinâmica do processo envolve a participação ativa da comunidade, através de suas representações e lideranças, e cria um ambiente favorável à troca de conhecimento e ao debate das questões relativas ao desenvolvimento de suas localidades, tendo como resultados a definição da visão de futuro e das ações prioritárias nos municípios, bem como a elaboração de agenda de compromissos para o conjunto de parceiros. Desde a instalação do Farol do Desenvolvimento, em maio/1999, já foram realizadas 16,3 mil reuniões em 1.950 municípios, envolvendo a presença de 376,0 mil lideranças, e agendados 32,8 mil compromissos, dos quais 57,5% já foram implementados.

No ano 2000 foram realizadas 9.408 reuniões, com a presença de 1537 prefeitos, a presença total de 216.432 participantes, 16.214 compromissos gerados e 12.215 compromissos concluídos.

2.4.6. Cliente Consulta

O Cliente Consulta é um serviço gratuito de orientação ao cliente – linha direta entre o Banco do Nordeste e os agentes produtivos da Região. Oferece informações atualizadas sobre assuntos relacionados com a área de atuação do Banco, em seus diversos ramos de negócios (financiamentos, capacitação, captação de recursos e serviços). Com acesso gratuito pelo telefone (0800-78-30-30), fax, carta e Internet (clienteconsulta@banconordeste.gov.br), o serviço permite a pesquisa pós-venda e constitui importante instrumento de comunicação que o Banco do Nordeste abre também para seus clientes potenciais. Lançado em junho de 1997, o Cliente Consulta já registra 218.320 atendimentos, sendo 97,6% para clientes potenciais e 98,2% para provimento de informações.. No ano 2000 foram prestados 76.802 atendimentos, implicando numa média mensal de 6.400 atendimentos.

2.4.7. Fórum de Clientes

No contexto da gestão participativa, foi criado o Fórum de Clientes em cada Estado da área de atuação do Banco. Composto por clientes que representam os diversos segmentos de porte e setores produtivos, é conduzido através de reuniões trimestrais de natureza consultiva, nas quais os participantes fornecem sugestões para melhorias de processos do Banco e para lançamento de novos programas, produtos e serviços, além de debaterem assuntos relacionados às atividades que desenvolvem. Até o ano 2000 foram realizadas 165 reuniões com 6,0 mil participações. No ano 2000 foram realizadas 43 reuniões com 3,7 mil participações.

2.4.8. Capacitação Técnico-Gerencial

O Banco está consciente de que o crédito é condição necessária, mas não suficiente, para garantir o sucesso dos empreendimentos. Dessa forma, a capacitação deve ser entendida como uma estratégia de ação coordenada e focalizada que antecede e potencializa a utilização do crédito. Caracteriza-se por um fluxo contínuo de ações, respeitando as diversas fases do aprendizado humano, cabendo destacar o fato de se lidar com adultos, visando o resgate da realidade de cada participante e estimulando a troca de saberes dos sujeitos.

A ação capacitadora do Banco consiste em um processo educativo e formativo, abrangendo não apenas a transferência de conhecimento técnico, mas também a mudança de atitudes. Os programas apóiam-se em dois aspectos fundamentais: o técnico, mais ligado ao conhecimento e à instrumentalização, e o comportamental, cujo enfoque maior reside nas habilidades e atitudes indispensáveis à compreensão e efetivação do saber técnico.

O Programa de Capacitação do Banco do Nordeste atua em três grandes vertentes: estruturação da demanda, capacitação específica para as áreas identificadas e capacitação de parceiros – lideranças municipais, técnicos de instituições e facilitadores de ações de capacitação.

Até 1999, o Banco do Nordeste realizou 7.929 eventos de capacitação, com 248,8 mil participantes. No ano 2000, o Banco proporcionou 637,8 mil oportunidade de capacitação através de 22.592 eventos.

2.4.9. Programa Parcerias Empreendedoras

A promoção do desenvolvimento econômico requer ambiência favorável que proporcione a otimização de recursos. Torna-se, portanto, fundamental a construção de parcerias duradouras, mutuamente enriquecedoras, focadas em resultados consensualmente definidos.

Essa foi uma das principais motivações para a criação do programa Parcerias Empreendedoras, cujo objetivo é mobilizar e potencializar parcerias, com a finalidade de proporcionar aos agentes produtivos condições favoráveis para o seu desenvolvimento, garantindo competitividade aos seus negócios e gerando emprego e renda em bases sustentáveis.

O Programa constitui nova etapa do processo de aperfeiçoamento das ações do Banco, que, a partir da compreensão da diversidade institucional existente no Nordeste, assume o desafio de sistematizar e consolidar uma rede de relacionamentos em que todos os atores envolvidos (públicos e privados) trabalhem de forma harmoniosa e sinérgica, pautando-se na construção de uma agenda inovadora, com ações capazes de provocar a transformação do perfil socioeconômico do Nordeste.

O esforço do Banco para a criação desse Programa manifesta-se, dentre outros aspectos, pelo compromisso de mobilizar todos os protagonistas relacionados com o desenvolvimento regional, utilizando, para tanto, a força de sua presença em todos os municípios da Região.

Essa maior presença municipal do Banco é a essência da sua política de desenvolvimento, que incorpora o desenvolvimento local como eixo principal da estratégia de atuação, revelada nos instrumentos de ação diferenciada anteriormente apresentados. Em 2000 foram firmados 375 termos de parcerias, totalizando 1644.

3. RESULTADOS E IMPACTOS DA AÇÃO DO FNE

3.1. Resultados Globais

Em 2000, o FNE atingiu o valor acumulado de R\$ 7,5 bilhões de contratações, dos quais 59,6% beneficiaram mini e pequenos empreendedores e 51,4% se encontram aplicados no Semi-Árido. Vale ressaltar que a participação dos mini e pequenos era de 37,4% nos primeiros anos de operação do FNE, o que evidencia o esforço para a observância da diretriz de democratização do crédito.

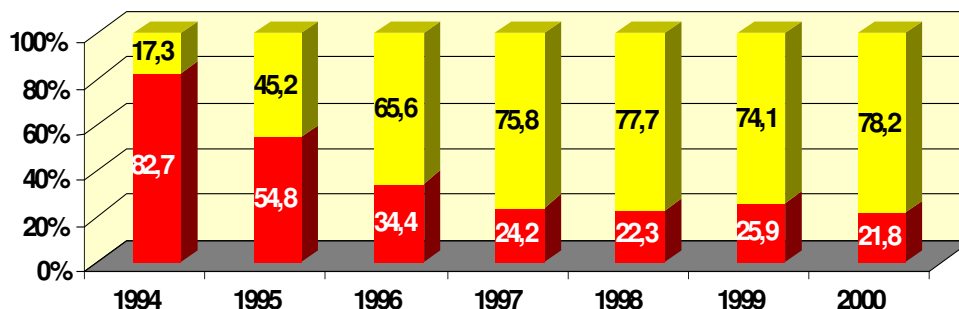
No que respeita ao seu papel alavancador, deve-se destacar que, antes de 1995, o Fundo Constitucional representava quase a totalidade dos recursos aplicados pelo Banco na Região. Em 1994, por exemplo, dos R\$ 615 milhões investidos pelo Banco, 82,7% foram oriundos do FNE. A partir de 1995, com a nova dinâmica organizacional e operacional adotada, o Banco potencializou

a alavancagem dessa fonte, visto que, mesmo com o crescimento do volume absoluto de ingressos do FNE, a participação do Fundo no total de recursos injetados na economia regional declinou. Em 2000, o FNE representou 21,8% dos R\$ 2,6 bilhões aplicados.

O quadro e o gráfico abaixo detalham a evolução da alavancagem de recursos em função do FNE:

TABELA 2
FNE – 2000
ALAVANCAGEM DE RECURSOS

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
FNE	509	636	865	683	728	626	569
TOTAL	615	1.161	2.516	2.826	3.265	2.420	2.605
%FNE/TOTAL	82,7	54,8	34,4	24,2	22,3	25,9	21,8



No ano 2000, foram contratadas operações que alcançaram o valor de R\$ 569,3 milhões. Deste montante, R\$ 396,0 milhões, ou seja, 69,5%, destinaram-se ao setor rural. O setor industrial, com R\$ 167,8 milhões, absorveu 29,5% do valor das contratações e a agroindústria, com R\$ 5,5 milhões, recebeu 1,0% (Tabela 3).

TABELA 3
FNE – 2000
DESEMPENHO OPERACIONAL E PROPOSTAS EM CARTEIRA
Valores em R\$ mil correntes

Setores	Contratações (1)			Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº Beneficiários	Valor	%	
RURAL	185.189	395.987,2	69,5	30.881,1
AGROINDUSTRIAL	376	5.458,7	1,0	3.746,0
INDUSTRIAL	1.590	167.811,5	29,5	56.834,6

TOTAL	187.155	569.257,4	100,0	91.461,7
--------------	----------------	------------------	--------------	-----------------

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ – 2000. Incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira em 31.12.2000.

No período sob análise, 187.155 produtores e empresas foram beneficiados, sendo cerca de 99,0% de mini/pequeno porte.

3.1.1. Contratações por Estado

A distribuição espacial das aplicações do FNE efetivou-se de forma satisfatória, pois reflete o comportamento da demanda de cada estado, que, por sua vez, é influenciada por variáveis como a área geográfica, a população e, principalmente, o porte de sua economia. Por essa razão, estados com participação elevada na formação do produto regional e que vêm registrando bom nível de crescimento econômico tendem a apresentar-se como maiores demandadores dos recursos do Fundo (Tabela 4).

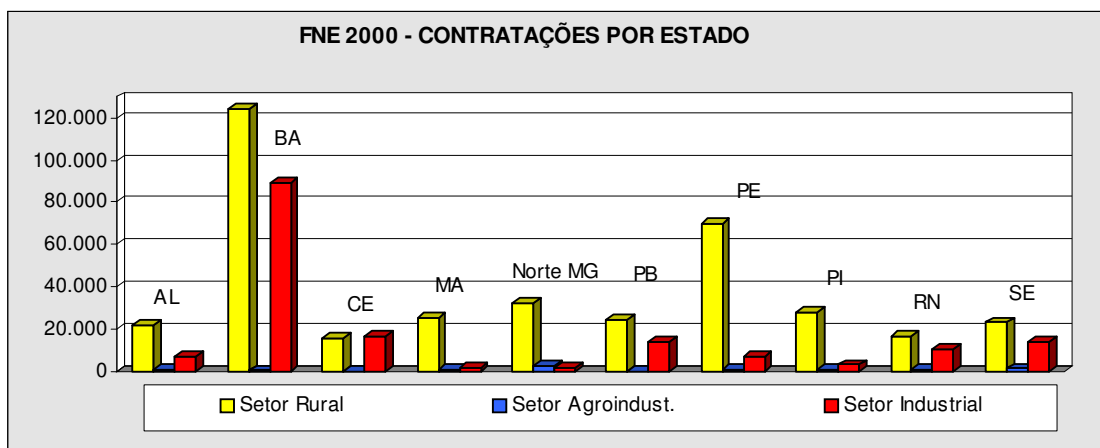
A distribuição dos recursos por estado teve como instrumento indutor, também, os termos de parcerias que objetivam coordenar as ações dos vários órgãos de apoio ao setor produtivo. No ano em análise, a demanda total por recursos do FNE permitiu, exceto para o Estado do Espírito Santo, atender a recomendação da Resolução nº 11.225, de 06.12.99, do Conselho Deliberativo da SUDENE, de aplicar em cada um dos estados pelo menos 4,5% dos recursos do Fundo. Cabe ressaltar que o Banco, em 2000, procurou estruturar sua ação no Estado do Espírito Santo. Com o trabalho dos Agentes de Desenvolvimento, das Agências Itinerantes e da estruturação do Perfil Econômico dos municípios daquele estado, o Banco já conseguiu aplicar no Espírito Santo 4% dos recursos totais do FNE.

TABELA 4
FNE – 2000
CONTRATAÇÕES POR ESTADO E POR SETORES (1)

Estados	Setor Rural	Setor Agroindustrial	Setor Industrial	Total Estado	Estado/Total (%)	Número de Benef.
Alagoas	21.335,3	248,5	6.600,9	28.184,7	5,0	17.719
Bahia	124.531,4	86,4	89.209,9	213.827,7	37,6	44.849
Ceará	15.658,6	0,0	16.564,2	32.222,8	5,7	10.073
Espírito Santo	17.292,5	362,9	5.274,2	22.929,6	4,0	1.963
Maranhão	24.825,4	342,1	1.474,9	26.642,4	4,7	8.392
Norte Minas	32.177,5	2.456,7	1.621,0	36.255,2	6,4	13.398
Paraíba	23.844,1	0,0	13.303,2	37.147,3	6,5	12.609
Pernambuco	69.891,0	166,6	6.967,0	77.024,6	13,5	29.779
Piauí	27.466,2	461,0	2.763,4	30.690,6	5,4	15.263
R. G. Norte	16.144,5	442,3	10.019,5	26.606,3	4,7	11.995
Sergipe	22.820,7	892,2	14.013,3	37.726,2	6,6	21.115
Total	395.987,2	5.458,7	167.811,5	569.257,4	100,0	187.155

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Nota: (1) Por “contratação” entende-se a realização de operações no período de JAN/DEZ-2000, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.



Visando induzir a demanda em todos os estados, o Banco vem se articulando permanentemente com os governos estaduais, organismos de desenvolvimento e associações de produtores, para facilitar o acesso de todos os interessados aos recursos. Além disso, vem promovendo a difusão dos diversos programas do Fundo junto às Secretarias de Planejamento, Indústria e Agricultura dos Estados da Região e entidades empresariais de classe, bem como trabalhando em parceria com os estados na organização de produtores e no esforço de conjugação do crédito com a assistência técnica.

Esse esforço de articulação, aliado à adoção de instrumentos antecedentes e subseqüentes ao crédito – a exemplo do Farol do Desenvolvimento, estruturação das demandas de capacitação, promoção e articulação dos pólos de desenvolvimento integrado, agências itinerantes e agentes de desenvolvimento – tem modificado o perfil da distribuição espacial dos recursos quando ponderados pelo tamanho da população e da renda de cada estado. Assim, pode-se inferir que os diversos estados nordestinos apresentam mudanças na posição como beneficiários dos recursos do FNE, em função daqueles parâmetros, quando contrapostos aos valores monetários absolutos (Tabela 5).

Quando os valores são ponderados pela população, Bahia, Pernambuco e Ceará, estados mais populosos, ocupam 4º, 8º, e 11º lugares, respectivamente. Esses resultados evidenciam um efeito de redistribuição de renda pessoal importante, pois estados como Sergipe, Piauí e Paraíba estão relativamente bem situados na avaliação *per capita*.

TABELA 5
FNE – 2000
CONTRATAÇÕES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO
E AO PIB DOS ESTADOS (1)

Estados	FNE/População		FNE RUR/PIB Prim.		FNE IND/PIB Secund.	
	R\$/Hab.(1)	Ordem	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	10,0	7	1,3	7	0,21	4
Bahia	16,4	4	2,0	6	0,59	1
Ceará	4,3	11	1,1	9	0,20	5
Espírito Santo	30,9	1	(2)	(2)	(2)	(2)
Maranhão	4,7	10	1,3	7	0,04	9
Minas Gerais	16,5	3	(2)	(2)	(2)	(2)
Paraíba	10,8	5	3,1	4	0,38	3
Pernambuco	9,7	8	3,4	3	0,10	8
Piauí	10,8	5	3,0	5	0,14	7
Rio G. do Norte	9,6	9	6,6	1	0,19	6
Sergipe	21,2	2	5,1	2	0,44	2

Fontes: Banco do Nordeste – ETENE. Para o PIB primário e secundário, CONTAGEM, SUDENE/CPE/INE/Contas Regionais. Dados Preliminares para o ano de 1999. Para população, IBGE-2000.

Nota: (1) Valor das “Contratações” realizadas em 2000, dividido pela população dos estados para 2000. (2) Não há informações disponíveis acerca do PIB do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e dos municípios do Espírito Santo contemplados com recursos do FNE.

3.1.2. Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido

Os resultados de 2000 mostram que as aplicações no semi-árido alcançaram o montante de R\$ 243,7 milhões, correspondentes a 42,8% dos recursos totais contratados, aproximando-se dos limites estabelecidos (Tabela 6). Cumpre ressaltar, entretanto, que as aplicações acumuladas do FNE no semi-árido, de 1989 a 2000, representam 51,4% dos valores aplicados.

TABELA 6
FNE – 2000
CONTRATAÇÕES NO SEMI-ÁRIDO E EM OUTRAS ÁREAS (1)
Valores em R\$ mil correntes

Áreas	No ano 2000				Acumulado até 2000	
	Nº Beneficiários	%	Valor (1)	%	Valores	%
Semi-árido	114.016	60,9	243.674,1	42,8	3.874,4	51,4
Outras Áreas	73.139	39,1	325.583,3	57,2	3.660,5	48,6
Total	187.155	100,0	569.257,4	100,0	7.534,9	100,0

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ-2000. Incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.3. Contratações por Porte de Beneficiário

Sabe-se que, na economia brasileira, o acesso dos micro e pequenos empreendedores ao crédito bancário sempre foi restrito, notadamente nos financiadores privados, em que se observa desinteresse em relação a esse público, haja vista os elevados custos atribuídos à administração de tais operações.

Por isso, com a constatação de que esse porte de agentes produtivos é o maior beneficiário dos recursos do FNE, fica demonstrada a importância estratégica do Fundo como instrumento facilitador da integração socioeconômica das classes produtoras da Região.

Nesse contexto, sem prejuízo do necessário apoio aos grandes empreendimentos, a distribuição quantitativa das aplicações do FNE evidencia que os resultados dos esforços desenvolvidos pelo Banco do Nordeste, no sentido de apoiar os mini e pequenos produtores e empresas, principalmente aqueles localizadas na região semi-árida, têm sido eficazes. De fato, as contratações com recursos do FNE, no ano 2000, beneficiaram 187,2 mil produtores/empresas, sendo 185,3 mil de mini/pequeno porte (99,0%), para os quais foram destinados 62,8% dos recursos do Fundo (Tabela 7).

Essa expressiva participação dos mini e pequenos beneficiários na distribuição dos recursos decorre, preponderantemente, das operações contratadas no setor rural, onde o valor da parcela destinada àquela categoria representou 86,3% das aplicações setoriais do FNE. Tal desempenho fortalece o caráter social do Fundo em termos de geração de emprego e renda, tendo em vista que os maiores beneficiários são as populações menos favorecidas do Nordeste.

No setor industrial, deve-se evidenciar o apoio financeiro do Fundo aos projetos estruturadores da economia regional, que, tendo em vista os seus impactos sobre a cadeia produtiva, deverão atrair novos investimentos, principalmente de mini e pequenos portes.

TABELA 7
FNE – 2000
CONTRATAÇÕES POR CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS/SETORES (1) Valores em R\$ mil correntes

Categoria	Rural		Agroindustrial		Industrial		Total	
	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.
Mini/ Pequeno	341.518,4	183.527	1.321,8	335	14.598,8	1.442	357.439,0	185.304
(%)	86,3	99,1	24,2	89,1	8,7	90,7	62,8	99,0
Médio	27.910,9	1.354	526,7	27	15.865,2	55	44.302,8	1.436
(%)	7,0	0,7	9,6	7,2	9,5	3,5	7,8	0,8
Grande	26.558,1	308	3.610,1	14	137.347,4	93	167.515,6	415
(%)	6,7	0,2	66,2	3,7	81,8	5,8	29,4	0,2
Total	395.987,4	185.189	5.458,6	376	167.811,4	1.590	569.257,4	187.155
(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ-2000, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.4. Contratações por Prioridade Econômica

O Banco do Nordeste vem trabalhando o perfil econômico da Região em função de três níveis de prioridades, assim definidos: prioridade 1 (P1), agrupando as atividades econômicas que “devem” ser induzidas; prioridade 2 (P2), incluindo as que “podem” ser induzidas; e prioridade 3 (P3), reunindo as atividades tradicionais pouco agregadoras de valor.

A composição de cada um desses grupos levou em consideração o fator locacional, o nível de estruturação das atividades em cada município e a importância “a priori” de cada uma delas, tanto do ponto de vista regional quanto estadual, de forma a se obter uma prioridade composta, que consultasse os interesses regionais e locais. Nesse mister, o Banco do Nordeste contou com o apoio das Secretarias de Estado ligadas às várias atividades. Posteriormente, essa matriz de prioridades foi discutida com os técnicos de campo das agências e com a comunidade. Assim, para cada município do Nordeste, estão definidas as atividades enquadradas em cada um dos níveis de prioridade, o que serve para direcionar o planejamento negocial das agências.

No ano 2000, o Banco aplicou 81,6% dos recursos contratados em atividades enquadradas como prioridade 1 (P1), 16,2% em atividades P2 e apenas 2,2% em P3. Essa distribuição de recursos está em conformidade com a política delineada na programação do FNE, que busca enfatizar as atividades econômicas enquadradas em P1, as quais agregam mais valor à economia, sem perder de vista a competitividade dos projetos (Tabela 8).

TABELA 8
FNE – 2000
PRIORIDADES ECONÔMICAS
Valores em R\$ mil correntes

Nível de Prioridade	Contratações (1)	
	Valor	%
. Um	464.677,8	81,6
. Dois	92.171,8	16,2
. Três	12.407,8	2,2
TOTAL	569.257,4	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ - 2000, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

As repercussões econômicas e sociais resultantes dos financiamentos do Fundo na Região serão bastante significativas, conforme projeção feita a partir do Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto, para o Nordeste.

Os impactos, explicitados na Tabela 9, manifestam-se por aumentos na produção global da economia regional, na renda e no nível de emprego. Os números ali contidos expressam os resultados a serem induzidos exclusivamente pela parcela dos empreendimentos financiada pelo FNE, ao longo do período de implantação dos investimentos e de seus respectivos impactos no sistema produtivo da Região Nordeste e das outras regiões que com ela interagem. Cabe destacar, ainda, que esses impactos restringem-se às aplicações do FNE, não computando os efeitos de outros recursos alavancados pelo Fundo (FINAME, FAT, BNDES-Automático, recursos próprios, poupança rural etc.).

TABELA 9
FNE – 2000
REPERCUSSÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO NORDESTE
DAS CONTRATAÇÕES (1)
R\$ Milhões

Variáveis	Resultados por Setor (2)			
	Rural	Agroindus - trial	Industrial	Total
1. Valor Contratado	396,0	5,5	167,8	569,3
2. Valor Bruto da Produção (VBP)	582,6	7,3	140,4	730,3
3. Valor Agregado (produto)	383,3	4,3	87,9	475,5
5. Oportunidades de Trabalho Geradas (diretas e indiretas)	210.037	2.098	12.283	224.418

FONTE: Banco do Nordeste - ETENE.

Notas:

- (1) Cálculo realizado com o Modelo Econométrico Regional de Insumo-Produto do Nordeste.
(2) Resultados a serem alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, sem considerar o aporte de recursos próprios dos investidores.

Os investimentos realizados pelos beneficiários dos recursos do Fundo, no ano 2000, deverão proporcionar uma produção bruta adicional de R\$ 730,3 milhões, sendo R\$ 582,6 milhões (79,8%) gerados no setor rural, R\$ 7,3 milhões (1,0%) no agroindustrial e R\$ 140,4 milhões (19,2%) no industrial.

Já o valor agregado ou adicionado, que representa o produto líquido, ou o montante de renda efetivamente gerado pelos financiamentos nos setores econômicos, deverá alcançar R\$ 475,5 milhões, com especial destaque para o setor agropecuário, que, com R\$ 383,3 milhões, responderá por 80,6% desse valor. Na indústria e agroindústria, o valor agregado deverá atingir os montantes de R\$ 87,9 milhões (18,5%) e R\$ 4,3 milhões (0,9%), respectivamente.

Os impactos dos financiamentos com recursos do Fundo sobre o mercado de trabalho indicam que os investimentos realizados deverão gerar 224,4 mil oportunidades de empregos diretos e indiretos, sendo que, desse total, a agropecuária responderá por 210 mil empregos (93,6%), a indústria por 12,3 mil (5,5%) e a agroindústria por 2,1 mil (0,9%).

3.1.5. Programado x Realizado

Cotejando-se a distribuição dos recursos prevista na programação anual do FNE com a destinação efetivamente ocorrida, constata-se que a distribuição desenvolveu-se na direção dos limites planejados, haja vista que os pequenos desvios ocorridos não são suficientemente significativos para configurar uma não-conformidade com a proposta aprovada.

O percentual de 42,7% destinado aos setores rural/agroindustrial, inferior ao programado de 45%, por exemplo, decorre do atendimento às recomendações do Conselho Deliberativo da SUDENE de desconcentração setorial das aplicações do FNE, diminuindo especialmente os valores direcionados para a pecuária bovina (veja-se comentário sobre as aplicações nas atividades rurais, mais adiante). Em virtude daquelas recomendações, o percentual estabelecido é encarado como um limite superior.

Deve-se enfatizar o fato de os setores industrial e turismo, com 28,2%, terem superado o percentual programado de 20%, conferindo maior diversidade setorial ao FNE, com a conseqüente redução da participação dos setores rural e agroindustrial. É importante destacar, ainda, o forte apoio que vem sendo conferido pelo Banco às políticas governamentais de apoio à reforma agrária e à agricultura familiar, visualizado no percentual alcançado pelos Programas Especiais, com destaque para o PRONAF – Grupo A, superando o mínimo recomendado de 10%.

Os demais programas especiais (voltados para a geração de emprego e renda, apoio a outros segmentos da agricultura familiar, difusão tecnológica e conservação e controle do meio ambiente), conquanto ainda não tenham alcançado os percentuais recomendados, estão sendo fortalecidos pelos instrumentos potencializadores anteriormente listados. Cabe destacar, em especial, os esforços para articular o apoio que o Banco tem dado às pesquisas tecnológicas – através do FUNDECI^{1[1]} – com a concessão de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – PRODETEC.

^{1[1]} FUNDECI – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Trata-se de um fundo que apóia, com recursos não-reembolsáveis, as instituições de pesquisa tecnológica regionais. Os editais do FUNDECI têm estimulado a parceria entre aquelas instituições e o setor privado (projetos cooperativos), para aumentar a adoção de tecnologias por parte das empresas.

TABELA 10
FNE – 2000
DISTRIBUIÇÃO PROGRAMADA E REALIZADA,
POR SETOR E PROGRAMA

Setor/ Programa	Programado 2000 (%)	Realizado Ano	
		Valor (R\$mil)	%
Rural e Agroindustrial	45	243.007,9	42,7
Industrial e Turismo	20	160.688,1	28,2
Programas Especiais:	35	165.561,4	29,1
. PRONAF – Grupo A	10	66.639,7	11,7
. PROGER, PRONAF – (Grupos C e D) e outros	25	98.921,7	17,4
TOTAL	100	569.257,4	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

3.2. A Gestão do Banco do Nordeste para Avaliar os Impactos do FNE

Na qualidade de gestor do FNE, o Banco do Nordeste tem se preocupado sempre com os resultados decorrentes da aplicação dos recursos e procurado adotar medidas que possibilitem ao próprio Banco e à sociedade dispor de elementos que permitam julgar a efetividade dos instrumentos concebidos com o objetivo de desenvolver a Região.

Uma evidência dessa preocupação foi o desenvolvimento, em conjunto com o CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento, da UFMG, e o IBGE, de forma pioneira no Brasil, de uma matriz insumo-produto regional, em 1985 (atualizada em 1992 e 1997). As matrizes insumo-produto (cuja construção depende da existência de informações censitárias sobre o país ou região) são instrumentos de análise muito aceitos em todo o mundo e a sua utilização pelo Banco na gestão do FNE tem sido motivo de reconhecimento pela comunidade científica nacional. Basta mencionar que a partir da matriz insumo-produto Nordeste foi desenvolvido, em Piracicaba-SP, um modelo de impactos regionais, contemplando as regiões Norte, Nordeste e Centro-Sul.

É importante lembrar, sobre isso, que a literatura está repleta de trabalhos que questionam a correlação direta dos programas de crédito com o desenvolvimento regional, pelo fato de que o desenvolvimento é um processo complexo e multicausal, difícil de ser atribuído a um fator único, como seria o crédito. Essa compreensão do processo de desenvolvimento foi a responsável pela mudança observada nas programações do FNE ao longo da sua existência: no início, dava-se ênfase aos programas de crédito; hoje, a concepção presente na programação é a de uma proposta de desenvolvimento regional em execução pelo Banco do Nordeste, coerente com as diretrizes do Governo Federal e das demais esferas de governo, que se serve de inúmeros instrumentos – alguns bastante inovadores -, dentre os quais o crédito.

Por outro lado, cumpre ressaltar que alguns setores/atividades específicos da Região vêm apresentando desempenho bastante animador. Dado que o Banco do Nordeste é o principal agente financeiro regional (responsável por 79,3% dos financiamentos totais da Região), pode-se inferir desses resultados que a ação do Banco e do FNE vem sendo positiva. Dentre esses setores/atividades, pode-se mencionar:

Agricultura Orgânica	
Produtos já certificados pelo IBD – Instituto Biodinâmico	Financiamentos do Banco do Nordeste (1995/2000): R\$ 812,5 mil
• Óleo de babaçu (Ma)	
• Acerola, castanha de caju, café (CE)	
• Laticínios/queijo, manga (PE)	
• Cravo-da-Índia, guaraná em pó (BA)	

Carcinicultura marinha – exportações				
Estados	1998	1999	Taxa de Crescimento 99/98 (%)	2000 (Estimativa)
CE	2.436,8	6.228,9	155,6	11.661,7
PI	142,7	1.917,5	1.243,7	2.594,9
RN	137,5	1.558,3	1.032,9	8.146,5
BA	96,3	2.800,3	2.808,8	13.656,6
PE	0,1	1.711,9	1.556.172,7	7.173,8
TOTAL	2.815,4	14.218,9		43.233,5
Financiamentos do FNE (R\$ mil)	436,7	2.590,9		2.575,8

Fruticultura/olericultura (BA, PE, RN)		
	1995	1998
Área colhida	415 mil ha	417,7 mil ha
Valor da produção	R\$ 1,10 milhões	R\$ 1,15 milhões
Exportações	US\$ 3,6 milhões	US\$ 16,2 milhões
Financiamentos do FNE	R\$ 8,9 milhões	R\$ 14,9 milhões
Exportações (1995/2000): US\$ 67 milhões		
Financiamentos do FNE (1995/2000): R\$ 74,7 milhões		

Calçados (CE, PB)		
	1995	1998
Estabelecimentos	145	225
Empregos	12.027	27.540
Exportações	US\$ 39,0 milhões (1997)	US\$ 98,1 milhões (2000)
Financiamentos do FNE	R\$ 10,3 milhões	R\$ 471 mil
Exportações (1997/2000): US\$ 299,8 milhões		
Financiamentos do FNE (1995/2000): R\$ 26,2 milhões		

Soja (BA, MA, PI)		
	1995	1998
Área colhida	571 mil ha	727 mil ha
Produção	1,3 milhões de toneladas	1,5 milhões de toneladas
Valor da produção	R\$ 195,6 milhões	R\$ 361,3 milhões
Ocupações	571 mil homens/dia	727 mil homens/dia
Exportações	US\$ 41,6 milhões	US\$ 178,8 milhões
Financiamentos do FNE	R\$ 8,9 milhões	R\$ 14,9 milhões
Exportações (1995/2000): US\$ 630,4 milhões		
Financiamentos do FNE (1995/2000): R\$ 9,2 milhões		

Fonte: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

Mais recentemente, com a colaboração da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE-UIP, desenvolvemos um modelo econométrico que confere à matriz um caráter mais dinâmico, ajustando os impactos esperados com base na trajetória das variáveis macroeconômicas regionais, para superar a limitação de não se dispor de um novo censo econométrico a cada ano e, em conseqüência, não ser possível construir anualmente uma matriz. Esse modelo “cria” uma matriz nova a cada ano, o que dá ao Banco uma segurança maior sobre a previsão dos impactos gerados.

Indo mais além, aquela mesma equipe, agora com a colaboração da Universidade de Illinois-USA, está sub-regionalizando o modelo – de forma a obter indicações estaduais dos impactos dos investimentos, respeitadas as restrições de água e energia que se impõem sobre o Nordeste.

Com a mesma preocupação no que respeita à avaliação e ao redirecionamento – se necessário –, não só do FNE mas de toda a sua atuação, é que o Banco está conduzindo a pesquisa “Nordeste: uma proposta de desenvolvimento para o Século XXI”, coordenada pelo Prof. Roberto Cavalcanti, do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE. Essa pesquisa objetiva examinar, para o Nordeste, os fatores condicionantes do desenvolvimento econômico e propor uma política sustentável no século 21, para o que se prevê um módulo relativo ao desempenho econômico-social recente da Região e à contribuição do FNE (bem assim de outros instrumentos) para esse desempenho. Este esforço constitui-se de uma pesquisa de no mínimo um ano de duração, envolvendo pelo menos sete outros pesquisadores *senior*. Um esforço, portanto, que só se justifica após um adequado período de maturação dos projetos (no caso, tem-se a efeméride dos dez anos do FNE).

Encontra-se em negociação, com a Universidade Federal do Ceará, a construção de uma metodologia que permita avaliar a efetividade dos Pólos de Desenvolvimento Integrado – nos quais temos intensificado os financiamentos do FNE. Este trabalho não deixará de ser, também, uma avaliação “ex-post” do FNE, embora inserido numa estratégia de muito maior abrangência.

3.3. Impactos Setoriais da Gestão do FNE

3.3.1. Setor Rural

A presença expressiva do setor rural na repartição dos recursos do FNE é uma consequência da maior adequação desses recursos ao setor, especialmente porque nele predominam os pequenos produtores. O fato evidencia, também, a desconcentração do crédito e o atendimento à determinação legal de dar tratamento preferencial aos pequenos produtores.

No exercício de 2000, as contratações do FNE voltadas ao apoio do setor rural atingiram o valor de R\$ 396,0 milhões, dos quais R\$ 66,6 milhões no PRONAF-Grupo A, R\$ 8,7 milhões no PRONAF-Grupo C, R\$ 52,0 milhões no PRONAF-Grupo D e R\$ 29,3 milhões no PROGER. Esses valores correspondem a uma participação relativa do segmento rural de 69,5% no montante global das aplicações realizadas sob o amparo do Fundo, sendo 41,7% para o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste, 22,3% para o PRONAF (Grupos A, C e D) e 5,1% para o PROGER. O total de pessoas beneficiadas diretamente com essas contratações superou 185 mil.

Aproximadamente 60% dos recursos destinados ao setor rural foram aplicados por intermédio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural - RURAL, ficando os 40% restantes distribuídos pelos diversos Programas Especiais^{2[2]} que são operacionalizados com o apoio financeiro do FNE.

Dentre os Programas Especiais, merecem ser ressaltados os resultados alcançados pelo PRONAF-Grupo A, que, como sucessor do Programa da Terra, constitui importante instrumento de apoio financeiro à política de reforma agrária do Governo Federal, desenhado especialmente para atender às necessidades do público-alvo, geralmente não cobertas por outras linhas de crédito. Efetivamente, o PRONAF-Grupo A recebeu R\$ 66,6 milhões, ou seja, 11,7% de todos os recursos aplicados durante o ano (ultrapassando, portanto, o limite mínimo legal de 10%), cujas operações beneficiaram 56.022 pessoas. As demais modalidades do PRONAF (Grupos C e D) receberam R\$ 60,8 milhões, correspondendo a 10,6% do total contratado e beneficiando 24.179 pessoas.

^{2[2]} Programas Especiais: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER; Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente - FNE VERDE; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – PRODETEC; Programa de Apoio à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-árido Nordestino – PRODESA.

No que respeita à distribuição dos recursos pelas atividades agropecuárias, a Tabela 11, a seguir, demonstra o desempenho do FNE em 2000:

TABELA 11
FNE – 2000
CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Valores em R\$ mil correntes

Atividades	Valor	% Rural	% FNE
PECUÁRIA	228.374,3	57,7	40,1
• • Bovinocultura	123.104,7	31,1	21,6
• • Ovinocaprinocultura	89.454,1	22,6	15,7
• • Piscicultura	5.373,6	1,4	0,9
• • Avicultura	3.766,5	1,0	0,7
• • Carcinicultura	2.575,8	0,7	0,5
• • Suinocultura	2.200,0	0,6	0,4
• • Apicultura	1.699,3	0,4	0,3
• • Outras Atividades	200,3	0,1	0,0
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	106.931,3	27,0	18,7
• • Grãos	39.422,0	10,0	6,9
• • Industriais	31.885,4	8,1	5,6
• • Fruticultura	19.251,1	4,9	3,4
• • Amiláceas	12.732,1	3,2	2,2
• • Olericultura	637,0	0,2	0,1
• • Outras Atividades	3.003,7	0,8	0,5
AGRICULTURA IRRIGADA	60.681,5	17,9	10,7
• • Fruticultura	24.813,7	6,3	4,4
• • Industriais	15.093,6	3,8	2,7
• • Grãos	10.960,8	2,8	1,9
• • Olericultura	4.512,5	1,1	0,8
• • Amiláceas	3.202,8	0,8	0,6
• • Outras Atividades	2.098,0	0,5	0,4
Total das Aplicações Rurais	395.987,2	100,0	69,5

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

O segmento pecuário manteve aproximadamente a mesma participação relativa do ano anterior na absorção dos recursos do FNE-Rural, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

TABELA 12
FNE 2000
Participação da PECUÁRIA nas aplicações rurais

Período	%
1998	64,5%
1999	56,7%
2000	57,7%

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

Tal comportamento está consoante o alerta feito pela Secretaria Executiva da SUDENE, referindo-se a relatórios anteriores, sobre a conveniência de uma maior diversificação das aplicações, não obstante a importância de que se reveste a pecuária bovina, especialmente, para a Região.

A propósito, a diversificação das aplicações dentro das atividades pecuárias é o que mais se destaca, com a ovinocaprinoicultura absorvendo 22,6% das aplicações rurais. O Banco, em parceria com a EMBRAPA e outras instituições integrantes da cadeia produtiva da ovinocaprinoicultura, realizou vários estudos acerca da viabilidade e alternativas para aquele agronegócio. Essa iniciativa resultou no lançamento do Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Ovinocaprinoicultura na Região Nordeste e na efetivação de parcerias com todos os estados da Região. Dentre os diferenciais do Programa destacam-se: a capacitação técnica e empresarial dos postulantes, o enfoque de cadeia produtiva e a ampla e efetiva participação dos pequenos produtores.

Deve-se ressaltar, ainda, que outras atividades pecuárias, como a piscicultura, a avicultura e a carcinicultura, vêm se consolidando como absorvedoras de recursos.

Nesse tocante, recorde-se que o Banco do Nordeste, com a utilização dos Agentes de Desenvolvimento e do Farol do Desenvolvimento, vem desenvolvendo forte e contínuo trabalho de organização/estruturação de cadeias produtivas, baseado, principalmente, no estabelecimento e fortalecimento de parcerias entre os atores envolvidos nesses negócios. Essas parcerias objetivam, preponderantemente, a busca conjunta de soluções para os principais problemas que comprometem o desenvolvimento sustentável dessas atividades na Região, abrangendo tanto os aspectos técnico-produtivos e mercadológicos, quanto questões ligadas ao relacionamento entre os elos das cadeias.

No ano 2000, como parte da estratégia de apoio a essas atividades, foram firmados 10 Termos de Parcerias envolvendo o Banco e várias instituições públicas e privadas, sendo três relacionados com o desenvolvimento da aquíicultura nos Estados da Bahia e do Piauí, cinco voltados para a ovinocaprinoicultura no Maranhão, Piauí e Paraíba e dois relacionados com a apicultura nos Estados de Maranhão e Pernambuco.

Conquanto a participação relativa das atividades agrícolas, em comparação com o ano anterior, tenha perdido um ponto percentual (de 43,3% para 42,3%), deve-se chamar a atenção para o avanço consistente da agricultura irrigada (dados abaixo).

TABELA 13
FNE 2000
Participação da AGRICULTURA IRRIGADA nas aplicações rurais

Período	%
1998	12,95%
1999	13,69%
2000	15,32%

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

A expansão contínua das áreas cultivadas nos cerrados nordestinos, estimulada no Banco pela existência de três Pólos de Desenvolvimento Integrado (Balsas, Barreiras e Uruçuí-Gurguéia), determinou que a participação das atividades de sequeiro nas aplicações rurais alcançasse 27,0%.

Cumpra ressaltar, ainda, que a fruticultura (uma das principais vocações agrícolas do Nordeste) – seja ela irrigada ou de sequeiro – concentrou 11,2% das aplicações rurais do ano 2000, colocando-se no mesmo patamar de demanda de atividade mais tradicionais, como os grãos e as culturas industriais.

3.3.2. Setor Industrial e Agroindustrial

As operações contratadas no âmbito dos setores industrial e agroindustrial, durante o ano 2000, atingiram o montante de R\$ 173,3 milhões, equivalentes a 30,5% das aplicações totais do FNE, beneficiando 1.966 empresas (Tabela 6).

Em termos de performance dos programas industriais, continua destacando-se o Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste - INDUSTRIAL, destinado a apoiar as atividades produtivas de bens de consumo não duráveis, bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis, extrativa mineral etc., cujas contratações (R\$ 146,6 milhões) corresponderam a 84,6% do valor aplicado nos segmentos industrial e agroindustrial e a 25,8% das contratações globais do Fundo. Os recursos aplicados por meio deste programa atenderam a 1.024 empresas.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar teve contratações no valor de R\$ 5,5 milhões no ano. Nesse mesmo período, o “Programa de Apoio ao Turismo Regional” aplicou R\$ 14,1 milhões.

Com o estágio avançado do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR/NE, responsável pela melhoria da infra-estrutura de apoio ao Setor, as oportunidades de investimentos estão sendo ampliadas, fato que tem estimulado a iniciativa privada a desenvolver significativos projetos, envolvendo investimentos em equipamentos e serviços. O Banco do Nordeste, visando atender a essa demanda crescente, vem implementando um conjunto de ações antecedentes e subseqüentes à concessão do crédito, de forma a assegurar a sustentabilidade e o sucesso dos empreendimentos. Nesse sentido, destacam-se os debates e ações conduzidas no âmbito do Farol do Desenvolvimento e, em especial, a estratégia de estruturação de Pólos, desenvolvida e coordenada pelo Banco. Iniciou-se, também, a discussão do PRODETUR/NE fase II, que deverá complementar o programa anterior.

Quanto à distribuição dos recursos por atividades, observou-se maior participação relativa dos bens de consumo não duráveis, que absorveu 69,6% das contratações do setor. Dentre as atividades, merecem destaque as seguintes: Têxtil – R\$ 65,9 milhões (38,1% do setor) e Produtos Alimentares – R\$ 31,4 milhões (18,2% do setor). São atividades que apresentam importantes encadeamentos na estrutura econômica da Região, devido ao seu forte interrelacionamento com o segmento primário (Tabela 14).

Sob o amparo do Programa de Apoio ao Turismo Regional - PROATUR, que apóia empreendimentos turísticos visando integrá-los ao complexo turístico nordestino, foram contratados 43 novos projetos, totalizando R\$ 14,1 milhões, correspondentes a 8,1% das aplicações do setor industrial e agroindustrial.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico Industrial - PRODETEC destina-se à expansão de segmentos que utilizam tecnologia avançada e adoção de novas técnicas de gestão e

organização do processo produtivo, visando ao desenvolvimento tecnológico e à modernização organizacional das empresas.

Para atingir esse objetivo, é imprescindível o atendimento de pré-requisitos tais como: visão de longo prazo e de competitividade dos empresários nordestinos, existência de difusores de novos conceitos empresariais de qualidade na Região, competitividade dos produtos, visão de globalização e existência de consultorias que orientem a implantação de projetos de modernização organizacional e de desenvolvimento tecnológico. Neste contexto, o programa beneficiou 21 projetos no ano 2000, absorvendo um montante de R\$ 605,6 mil (Tabela 6).

TABELA 14
FNE – 2000
SETOR INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL–
DESEMPENHO OPERACIONAL
Valores em R\$ mil correntes

Atividades	Contratações (1)		
	Valor	% SETOR	% FNE
A. BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	120.636,4	69,6	21,2
. Têxtil	65.942,3	38,1	11,5
. Produtos alimentares	31.445,7	18,2	5,5
. Produtos farmacêuticos e veterinários	10.553,3	6,1	1,9
. Editorial e gráfica	9.408,2	5,4	1,7
. Vestuário e calçados	1.579,4	0,9	0,3
. Papel e papelão	1.016,7	0,6	0,2
. Bebidas	690,8	0,3	0,1
B. BENS INTERMEDIÁRIOS	10.047,6	5,8	1,8
. Minerais não metálicos	4.604,6	2,7	0,9
. Materiais plásticos	3.154,0	1,8	0,6
. Borracha	1.889,3	1,1	0,3
. Madeira	216,1	0,1	0,0
. Metalurgia	76,6	0,0	0,0
. Química	61,0	0,0	0,0
. Couros e peles	46,0	0,0	0,0
C. BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	2.198,7	1,3	0,4
. Mobiliário	2.067,0	1,2	0,4
. Mecânica	131,7	0,1	0,0
D. TURISMO	14.075,9	8,1	2,5
E. DIVERSAS	26.311,6	15,2	4,6
TOTAL	173.270,2	100,0	30,5

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ - 2000, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.3. Pólos de Desenvolvimento Integrado^{3[3]}

Os Pólos de Desenvolvimento Integrado foram criados à luz das estratégias que norteiam o FNE e têm como fundamento a promoção e a potencialização do desenvolvimento econômico local dentro do enfoque de *clusters* agroindustriais, em áreas que apresentam potencial econômico para a expansão do agronegócio. A ação do Banco do Nordeste nos pólos efetiva-se a partir de sua atuação não só como instituição financiadora, mas, sobretudo, como instituição propulsora do desenvolvimento, induzindo a mobilização dos diversos agentes econômicos, institucionais e sociais em um espaço regional definido.

Os pólos se caracterizam pela delimitação territorial e pela existência de até dois eixos econômicos principais, ou seja, de atividades econômicas preponderantes que apresentam competitividade. A ação a partir das atividades econômicas-chave gera múltiplos efeitos diretos e indiretos para trás e para frente, criando um ambiente favorável à competitividade dos empreendimentos financiados, ensejando maior alavancagem dos financiamentos do FNE, associada ao menor risco de inadimplência. Ademais, o projeto induz outras atividades e ramos de negócios (efeitos de arrasto), com grande efeito multiplicador dos investimentos sobre a renda, o emprego, a arrecadação tributária e a distribuição do produto social, além de minimizar as pressões das populações rurais sobre os recursos naturais.

São sete pólos centrados na fruticultura/olericultura irrigadas, quatro em grãos, um em citricultura não irrigada e um em pecuária leiteira. Em termos de absorção dos recursos do FNE, a proporção dos recursos direcionados aos pólos elevou-se para 12% em 2000.

Observa-se, a partir dos resultados apresentados no quadro abaixo, que, de uma maneira geral, a distribuição dos recursos direcionados para os pólos guardou conformidade com o peso das atividades predominantes nesses subespaços.

Essa focalização dos recursos nas vocações dos pólos pode ser facilmente visualizada a partir da comparação entre a participação relativa dessas atividades no montante aplicado nos pólos *vis-à-vis* as parcelas do Fundo destinadas a essas mesmas atividades na Região como um todo: grãos (16,5% nos pólos contra 12,8% em todo o FNE); fruticultura (16,4% frente a 7,8%) e pecuária (33,5% versus 40,1% - recorde-se a recomendação de desconcentração das aplicações na pecuária, especialmente na bovinocultura).

^{3[3]} Pólo Sul do Maranhão(MA), Pólo Uruçuí/Gurgéia(PI), Pólo Baixo Jaguaribe(CE), Pólo Assu/Mossoró (RN), Pólo Alto Piranhas(PB), Pólo Petrolina(PE), Pólo Juazeiro(BA), Pólo Sul de Sergipe, Pólo Bacia Leiteira de Alagoas(AL), Pólo Oeste Baiano(BA), Pólo Norte de Minas Gerais, Pólo Cariri Cearense (CE), Pólo Noroeste do Espírito Santo (ES). Tais pólos correspondem a um total de 253 mil Km² e população de 3,2 milhões de habitantes.

TABELA 15
FNE 2000 - APLICAÇÕES NOS PÓLOS DE
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Setor/Subsetor	Valor (R\$)	%
AGROPECUÁRIA	56.864	90,77
• • Agricultura	35.056	55,95
- grãos	10.349	16,52
- fruticultura	10.301	16,44
- culturas industriais	9.481	15,13
- olericultura	3.978	6,35
- amiláceas	336	0,54
- outros	1.425	2,27
• • Pecuária	20.993	33,52
AGROINDÚSTRIA	322	0,51
INDÚSTRIA	5.226	8,34
TURISMO	239	0,38
TOTAL DAS APLICAÇÕES	62.651	100,00

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

3.3.4. A Gestão Ambiental no FNE

O programa FNE Verde, criado especialmente para apoiar atividades que se caracterizam por fortes componentes ligados à preservação/recuperação do meio ambiente, beneficiou, em 2000, 73 empreendedores, com aplicação de 6.258,4 mil reais, sendo R\$ 884,7 mil no segmento rural e R\$ 5.273,7 no segmento industrial.

O segmento rural, não obstante tenha tido uma participação percentual ainda pequena, manteve trajetória crescente de absorção de valores e aumento de participação, conforme se vê a seguir:

TABELA 16
FNE 2000
Participação do FNE VERDE nas aplicações rurais

Período	Valor Aplicado R\$ mil	%
1998	689,5	0,11%
1999	729,0	0,15%
2000	884,7	0,22%

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

Foram atendidos empreendimentos de agricultura orgânica, manejo florestal, reflorestamento, reciclagem de resíduos sólidos e itens de controle e proteção ambiental de indústrias. As aplicações com base nessa linha de crédito vêm se consolidando a cada ano, como decorrência da política ambiental implementada pelo Banco, onde meio ambiente é visto não somente como uma dimensão inerente e indispensável ao desenvolvimento sustentável, mas também como excelente oportunidade de realização de negócios.

Nesse sentido, convém destacar os instrumentos criados e inseridos no processo de crédito com vistas a aperfeiçoar a ação do Banco voltada para a realização de negócios na área ambiental: o Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural, que consiste num documento de

orientação técnica e possibilita a mensuração dos critérios de competitividade do FNE; o Manual de Impactos Ambientais, que dispõe de orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas; o conjunto de aspectos ambientais incorporados aos formulários e sistemas do processo de crédito; e o amplo programa de disseminação e capacitação na área ambiental envolvendo funcionários e elaboradores de projetos cadastrados junto ao Banco.

Destaca-se, ainda, a parceria firmada com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS objetivando a implementação de ações para difundir, junto ao empresariado da Região, a visão de produção mais limpa, sob o enfoque econômico. Os pontos fundamentais dessa ação residem na Educação (*latu sensu*), em particular quanto à gestão ambiental, e na necessidade de adaptação da legislação à realidade brasileira.

3.4. Inadimplemento das Operações

Com relação à inadimplência das operações com recursos do FNE, a apuração do respectivo índice, na posição de 31.12.2000, apresentou percentual de 0,5% (meio por cento), resultado esse prejudicado, tendo em vista encontrar-se vigente legislação específica que permitia aos devedores desses financiamentos a renegociação de suas dívidas, com a possibilidade de ampliação dos prazos primitivos.

Com efeito, naquela data, a grande maioria dos mutuários ainda não havia formalizado essas renegociações, aguardando nova legislação anunciada pelo Governo, em condições ainda mais favoráveis do que as então vigentes, fato que aconteceu no dia 12.01.2001, com a promulgação da Lei nº 10.177, que convalidou os atos praticados durante a vigência da Medida Provisória 2.035 e suas antecessoras (em número de 29 reedições).

Dessa forma, somente após o transcurso do prazo final estabelecido para as renegociações mencionadas é que poderá ser mensurado o real índice de inadimplência das operações realizadas com recursos do FNE.

3.5. Ingresso de Recursos

Ressalte-se que, em 2000, foi repassada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a quantia de R\$ 1.199,9 milhões, provenientes de 1,8% sobre o produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.

4. CONCLUSÃO

Com estas informações e a coletânea de documentos apenas requeridos pelas normas vigentes, formalizamos a Prestação de Contas do FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE, referente ao exercício de 2000, com a certeza de termos atendido aos princípios que norteiam a boa gestão de recursos públicos e de ter contribuído significativamente para cumprir os objetivos de governo visando ao desenvolvimento nacional equilibrado.

Fortaleza – CE, 14 de maio de 2001.

Byron Costa de Queiroz
Presidente

^{4[1]} FUNDECI – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Trata-se de um fundo que apóia, com recursos não-reembolsáveis, as instituições de pesquisa tecnológica regionais. Os editais do FUNDECI têm estimulado a parceria entre aquelas instituições e o setor privado (projetos cooperativos), para aumentar a adoção de tecnologias por parte das empresas.

^{5[2]} Programas Especiais: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER; Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente - FNE VERDE; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – PRODETEC; Programa de Apoio à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-árido Nordeste – PRODESA.

^{6[3]} Pólo Sul do Maranhão(MA), Pólo Uruçuí/Gurgéia(PI), Pólo Baixo Jaguaribe(CE), Pólo Assu/Mossoró (RN), Pólo Alto Piranhas(PB), Pólo Petrolina(PE), Pólo Juazeiro(BA), Pólo Sul de Sergipe, Pólo Bacia Leiteira de Alagoas(AL), Pólo Oeste Baiano(BA), Pólo Norte de Minas Gerais, Pólo Cariri Cearense (CE), Pólo Noroeste do Espírito Santo (ES). Tais pólos correspondem a um total de 253 mil Km² e população de 3,2 milhões de habitantes.
